



Anais da Assembléia

Nº 45

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado NELSON GARCIA
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT – 07:** Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB – 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB – 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Emami Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL – 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 32.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 1994.

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputado Dirceu Manfrinato e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossori (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Neivo Beraldin, Nelson Garcia e Nilton Servo (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicação:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Tendo em vista as deliberações feitas por Vossa Excelência quanto ao número de vagas a serem preenchidas pelo Partido da Frente Liberal na Comissão de Constituição e Justiça, temos a informar que indicamos os Deputados Nelson Garcia e Carlos Simões como titulares, e os Deputados Élio Lino Rusch e Plauto Miró Guimarães Filho, como

suplentes, respectivamente.

Sem mais, renovamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) NELSON GARCIA

Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 126/94, Mens. nº 032/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre criação de 3 (três) cargos, sendo 2 (dois) cargos de Marinheiro Fluvial de Convés e 1 (um) cargo de Marinheiro Fluvial de Máquinas, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Maringá.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 125/94, Mens. nº 035/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Secretaria de Estado da Fazenda.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 919

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 124/94, Mens. nº 036/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre Crédito Suplementar à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto no artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o douto Plenário, REQUER Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 206/92, de nossa auto-

ria, que dispõe sobre a reforma psiquiátrica no Paraná, determina a substituição progressiva de leitos nos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 949

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 978

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a Sessão Ordinária de amanhã, dia 27/04/94, com quebra de interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral para apreciação de projetos de lei a serem anunciados na Sessão Ordinária desse mesmo dia.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Nelson Garcia, Luiz Antonio Setti, Ernani Pudell, Nilton Barbosa, Heinz Herwig, João Preis, Alceu Swarowski, Costenaro Neto, João Iensen, Domingos Carvalho, Severino Félix, Basílio Zanusso, Júlio Bifon, Elio Rusch, Duílio Genari, Toti Colaço e Arlindo Troian.

REQUERIMENTO N° 950

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, propõe a criação de uma Comissão Especial para discutir e estudar projeto oriundo do Tribunal de Justiça do Estado, que cria o Juizado Especial de Pequenas Causas, para infrações penais de menor potencial ofensivo constituída de (03) três membros, cuja designação ficará a cargo das Lideranças, e tendo como prazo de duração (30) trinta dias a partir de sua constituição, com base no art. 35, do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Evaldo Cordeiro, ocorrido no último dia 24 de abril, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 931

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido no último dia 24, do Sr. Evaldo Cordeiro.

Nascido na Cidade de Irati, em 1927, ali fundamentou nos estudos sua cultura, tendo se diplomado Contador na primeira turma de Contadorandos daquela cidade.

Dedicou-se como profissional ao ramo madeireiro e instalou fábrica em Arapongas e fundou uma das Serrarias pioneiras em Cascavel, a "Braz Madeirêira".

Aprimorando seus conhecimentos ingressou no ramo de exportação de madeiras e sediou sua empresa em Foz do Iguaçu.

Também atuou no ramo da metalurgia.

Teve atuação destacada nos organismos filantrópicos e de benemerência e marcou sua presença no Rotary Club de Arapongas, cuja obra "Casa da Amizade" está instalada em terreno que a entidade recebeu em doação de Evaldo Cordeiro.

Casou em Irati com D. Nilce Fornazari Cordeiro, com quem teve 3 filhas, D. Ivani casada com o Dr. Gil Plácido e Silva Justus, D. Nilva, casada com o Deputado Nelson Justus e a Srt. Waldenice Cordeiro.

Honrado por seu trabalho deixa exemplo a ser seguido.

Por isso este nosso requerimento que pedimos seja oficiado a família enlutada.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 939

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Haroldo Andersen, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 944

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Angélica Rodrigues do Couto, viúva de Izauro Rodrigues do Couto, ocorrido nesta Capital. Tratava-se de pessoa muito querida pelos seus familiares e amigos, deixando muitas saudades. Recebeu ampla manifestação de sentimentos diante de seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 952

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Sra. Rute Celezinski, ocorrido dia 23 de abril em Curitiba.

Pessoa bem querida, de grandes amizades, muito estimada pelo seu jeito meigo e carinhoso; com certeza amigos e parentes sentirão muito sua falta.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, à Família enlutada em nome de seu esposo Sr. Miguel Celezinski, bem como aos filhos Roberto, Geraldo e Josi e demais familiares, à Avenida Antonio Franco Sobrinho - 307, na Cidade de Rebouças.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 953

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Raue, ocorrido dia 17 de abril de 1994, em Ponta Grossa-Pr.

O Sr. Henrique era muito estimado, tinha muitas amizades e com certeza amigos e parentes sentirão sua falta.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, à Rua Henrique Leigraf, n° 92, Bairro São José, em Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Natalia Schoenberger, ocorrido dia 17 de abril de 1994, na Cidade de Ponta Grossa-Pr.

A Sra. Natália, era uma pessoa caridosa, e de muitas amizades, e com certeza muitos sentirão sua falta.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, à Rua Souza Naves, 3953, em Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Cláudio Miró Dias Monteiro, ocorrido dia 14 de abril de 1994, na Cidade de Ponta Grossa-Pr.

Pessoa muito querida e de muitas amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes com muita saudade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, à Rua Jataizinho, n° 04, Jardim Boa Vista em Ponta Grossa-Pr.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Zelma Coelho da Cunha, ocorrido dia 16 de abril de 1994, na cidade de Ponta Grossa-PR.

Pessoa muito querida e de muitas amizades, que com seu passamento deixará amigos e parentes com muita saudade.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, à Rua Theodoro Rosas, 1033 em Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Sra. Débora Ferreira de Proença, ocorrido dia 16 de abril de 1994, na cidade de Ponta Grossa-PR.

A Sra. Débora, era uma pessoa de grande estima e amizade, muito religiosa, e com certeza seus parentes e amigos sentirão muito a sua falta.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Eugênio José Rocha, 150, Bairro Boa Vista - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido votos de congratulações ao Fórum Regional Sul Para o Meio Ambiente e a Juventude, a realizar-se dia 29 de abril, em Curitiba.

O Conselho visa concretizar as aspirações dos jovens perante a necessidade de se organizar um desenvolvimento econômico e um grande potencial de recursos naturais utilizados historicamente de forma desordenada.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência em nome do Conselho Estadual da Juventude e a Organização do Evento, bem como colocando-se à disposição e desejando sucesso, sito a Rua Salvador Ferrante, 1651, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido votos de congratulações ao Dia do Contabilista, comemorado no último dia 25.

Os contabilistas representam uma espécie de peça-chave na sociedade, são eles o meio de ligação entre as pessoas jurídicas e o Estado. Cuidam do cálculo de impostos, taxas e serviços cobrado das empresas pela União.

Para ser contabilista tem que ter um dom, o grande dom de viver cercado pelo mundo dos cálculos, tem que ter a capacidade de acompanhar com grande rapidez as mudanças econômicas para poder lançar valores exatos em folhas de pagamento.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Sindicato dos Contabilistas de Ponta Grossa, à Rua 15 de Novembro, 334 - 3° andar, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 969

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao

Município de Guaratuba pela passagem de seus 223 anos de emancipação política.

Outrossim, requer, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, José Ananias dos Santos, ao Sr. vice-Prefeito e a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando Guaratuba comemora seus 223 anos de emancipação política, constatamos que atravessa atualmente uma fase de desenvolvimento econômico, urbanístico e social graças ao trabalho de seu povo ordeiro e honesto e a visão de seus administradores de todos os tempos.

Portanto, é com muita alegria que a população de Guaratuba irá comemorar no próximo dia 29 de abril o seu 223° aniversário.

Ao contentamento de toda a população de Guaratuba, une-se o Poder Legislativo do Estado do Paraná, para prestar uma homenagem de gratidão e reconhecimento na certeza de que continuará com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia-modelo para os demais municípios paranaenses.

O aniversário de Guaratuba diz muito a todos nós paranaenses que amamos nossa terra e a ele devotamos o melhor de nossas energias.

Com esta proposição o Legislativo Paranaense, através deste Deputado, tributa homenagem aos homens e mulheres que na árdua luta dos tempos difíceis deixaram um legado de trabalho e dedicação ao bem comum. E, ao mesmo tempo, manifesta plena confiança na geração que hoje dá continuidade ao crescimento com o mesmo denodo dos antepassados.

REQUERIMENTO N° 971

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de congratulações ao Médico Jackson Baduy, pela posse no cargo de Superintendente do Instituto de Previdência do Estado-IPE.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Médico reconhecido por sua dedicação e capacidade profissional, Jackson Baduy tem experiência na área da saúde pública tendo exercido desde 1983 a direção da 23ª Regional de Saúde do Estado, com abrangência na Região Metropolitana de Curitiba, área

norte, além de ser servidor desta Casa.

Que a presente proposição enseje os sinceros cumprimentos desta Casa ao Dr. Jackson Baduy, bem como nossos votos sinceros de uma gestão profícua e empreendedora frente ao IPE.

REQUERIMENTO N° 972

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações ao senhor Luís Fernando Tatara Ribas, pela posse no cargo de Chefe do Cerimonial do Palácio Iguazu.

Que do teor do presente dê-se ciência também ao Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Funcionário aposentado desta Casa, o senhor Luís Fernando Tatara Ribas notabilizou-se pela competência na chefia da Coordenadoria do Cerimonial.

Convidado pelo novo Governador do Estado, assumiu a Chefia do Cerimonial do Palácio Iguazu, onde, temos certeza, continuará desincumbindo-se com eficiência das tarefas que lhe forem confiadas.

Que este expediente enseje, além dos nossos cumprimentos, votos de sinceros agradecimentos pelos serviços prestados pelo senhor Luís Fernando Tatara Ribas ao Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO N° 945

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a Vossa Excelência voto de aplausos à iniciativa da professora paraibana Sônia Maria de Souza Arruda pela iniciativa do trabalho de pesquisa junto às comunidades de base, cujo trabalho será mostrado no plenarinho desta Casa amanhã, dia 27/04, às 13:00 horas.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Louva-se o esforço pessoal da professora e pesquisadora Sônia Maria de Souza Arruda, pelo importante trabalho realizado junto às comunidades de base.

Destaca-se também, que a professora não recebe ajuda para custear passagens, alimentação e demais despesas para realizar este trabalho, cujo único objetivo é levantar dados para mostrar a realidade brasileira.

REQUERIMENTO N° 924

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER à Mesa o envio de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Lobo Biasi, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos para a construção do contorno norte de Florai, na extensão de 4.000 metros e contorno de São Carlos do Ivaí, na extensão de 4.000 metros, ambos na Rodovia PR-467.

Tal solicitação se faz tendo em vista os apelos da laboriosa população daqueles municípios, que muito têm contribuído com seu trabalho para o desenvolvimento econômico do Estado, merecendo assim as melhores atenções do Poder Público.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Doutor José Carlos Tibúrcio, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a implantação de Centros de Produção Animal, nos municípios componentes da Região Noroeste do Estado (Microrregião 9).

A presente reivindicação é fruto de manifestação feita pelos Prefeitos da região, que afirmam ser de vital importância a implantação de Centros de Produção Animal, haja vista tratar-se de uma região de grande atividade pecuarista, e que sente a necessidade de renovar e melhorar seus rebanhos.

Por esse motivo e por considerar de grande importância o solicitado para a região, espera-se que essa Pasta, num menor espaço de tempo possível, determine a adoção de medidas que venham a resultar no que ora é reivindicado.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Lobo Biasi, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, encarecendo o desenvolvimento de estudos, objetivando a construção do acesso rodoviário na BR-323 até o Rio Bandeirantes, no Município de Doutor Camargo, numa extensão de 1.500 metros. O acesso até o Rio Bandeirantes, na PR-323, é incessantemente utilizado, in-

clusive para escoamento da produção agrícola, e encontra-se em precárias condições de tráfego, mormente em épocas de chuvas, causando sérias dificuldades aos que dele necessitam se utilizar.

Assim, temos certeza de que a Secretaria de Estado dos Transportes se empenhará no atendimento desta justa reivindicação daquela comunidade.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mauro Goulart, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, encarecendo a liberação de recursos para as obras dos hospitais municipais de Florai e Doutor Camargo.

Requeiro ainda, que do presente se dê ciência aos Prefeitos dos Municípios de Doutor Camargo - Paulo Roberto Jardim Nocchi; e de Florai - Antonio Freire Munhoz.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Lobo Blasi, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando informações sobre a viabilidade da construção de uma ponte sobre o Rio Ivaí na PR-467, Município de São Carlos do Ivaí.

Por ser de grande interesse e importância a execução desta obra para a população de São Carlos do Ivaí e Região, aguarda-se num menor prazo de tempo possível, um pronunciamento por parte dessa Pasta à presente questão.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Lobo Blasi - DD. Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que seja viabilizada a pavimentação asfáltica da Rodovia que liga o Município de Maringá à Angulo (PR-461) numa extensão de 24.000m.

A presente solicitação é decorrente dos inúmeros apelos feitos por lideranças

políticas locais, há muitos anos, inseridos em documentos igualmente remetidos à Secretaria dos Transportes objetivando medidas que possibilitem ao mencionado trecho oferecer reais condições de trafegabilidade, particularmente por constituir-se de importante escoadouro da produção regional.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Lobo Blasi - DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando medidas que possibilitem a execução das obras de pavimentação asfáltica da Rodovia PR-454, trecho que liga os Municípios de Maringá e Astorga, via Distrito de Tupinambá, na extensão aproximada de 25.000 m.

Visa a solicitação em apreço, proporcionar à comunidade maior conforto e alternativa de acesso à Maringá - cidade pólo regional - onde se convergem os interesses dos municípios de menor porte, em face de seu comércio mais desenvolvido.

Desnecessário acrescer a presente propositura de argumentos, uma vez que, temos certeza, a própria Secretaria dos Transportes já conhece a situação da rodovia.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de solicitação oficial ao Exmo. Sr. Dr. Reinaldo José Rodrigues dos Santos, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de que através da SUCEAM - dentro do Programa de Drenagem em áreas urbanas ou sujeitas a enchentes, previsto no Orçamento do Estado, determine a intensificação das obras de combate à erosão nos municípios que compõem a microrregião 09 - Noroeste do Estado.

Os municípios da Região Noroeste, em sua maioria são banhados pelos Rios Ivaí e Pirapó, ou, quando não, possuem afluentes desses rios, o que torna necessário o seu desassoreamento para manutenção de seus leitos.

Este é, sem dúvida, um dos aspectos que deve ser seriamente levado em consideração, como fator preponderante à salvaguarda da saúde da população, que nestas condições, estará sujeita a toda sorte de riscos pela contaminação destas águas,

além de constituir-se medida de justiça à aquela região.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 932

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa à Ministra da Ação Social, Sra. Leonor Franco, solicitando a urgente regulamentação dos artigos 20, 21, 37 e 38 da Lei n° 8.742, de 07-de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social, sobre a concessão de 1/4 do salário-mínimo mensal ao portador de deficiência e ao idoso carente.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

Desde a promulgação da Constituição de 1988 nos vimos diante do impasse da regulamentação do inciso V, do Art. 203, que estabelece a concessão de um salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso carente. Após diversas discussões, finalmente a Lei Orgânica da Assistência Social contemplou esta matéria, ainda que diminuindo o valor do benefício. Ocorre que agora esbarra na vontade política, mas com certeza a Senhora Ministra terá sensibilidade para imediatamente regulamentar os artigos 20, 21, 37 e 38, da Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social.

Este benefício, apesar do baixo valor, é extremamente necessário, pois atenderá uma camada da população que o utilizará para a compra de remédios, alimentação, etc, enfim para a própria sobrevivência. Esta indefinição, desde 1988 deverá ser resolvida para minimizar o sofrimento de centenas de milhares de brasileiros.

REQUERIMENTO N° 933

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Principal, localizada na Colônia Dom Pedro II, quanto a uma solução do problema causado por uma granja que solta todo o esgoto num rio que passa no local. O cheiro é insuportável, além de estar poluindo o rio. Pedem os moradores que seu pedido seja atendido uma vez que muitos transtornos estão sendo causados a todos.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 934

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de esclarecer aos pais de alunos do Colégio Estadual Jardim Urano, localizado na Vila São Pedro, quanto a reposição das aulas de Matemática que não estão sendo dadas aos alunos da 6.ª série pela falta de professor. Desde o início das aulas os alunos só tiveram três aulas de Matemática e o diretor do colégio disse que a matéria desses três meses não serão repostas. Os pais dos alunos estão seriamente preocupados e solicitam uma solução para o problema por parte do órgão competente.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 935

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de providenciar limpeza de uma valeta da Rua Justo Betinardi, em frente ao n° 287 - Jardim Ana Terra, devido a mesma estar muito suja, causando mau cheiro e entupimento quando chove. A situação encontra-se crítica e muitos transtornos estão sendo causados a todos os moradores do local.

Sala das Sessões, em 26.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 936

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de resolver o problema que está ocorrendo na residência localizada à Rua Londrina, n° 390 - Jardim Lapaloma. Devido a mesma estar entre duas outras residências e sendo que uma escoa toda a sujeira da criação de porcos e esgoto no seu terreno e a outra tendo construído uma garagem com 5 metros de altura, sem calha, escoa toda a água da chuva em seu terreno também, encontra-se em péssimo estado. A situação é muito crítica e a proprietária do terreno que está sendo atingido está solicitando providências urgentes dessa municipalidade tendo em vista que sérios transtornos estão lhe sendo causados.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 937

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema do esgoto da Vila Santa Efigênia, que tem escoamento nos fundos da Rua Profa. Maria Balbina da Costa Dias, n° 32 - Barreirinha, tendo em vista que os detritos correm a céu aberto, o mau cheiro é insuportável e as crianças tomam banho no local, sendo muito perigoso quanto a contaminação de doenças. Pedem os moradores providências urgentes, uma vez que a situação encontra-se crítica.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 938

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder à limpeza dos terrenos da Rua Manoel Carvalho, sendo que um localiza-se ao lado da creche e o outro ao lado do n° 44 - Bairro Jardim Carvalho. O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais afirmam que todo o bairro está abandonado, necessitando urgentemente de melhorias em geral.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 940

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de uma valeta que foi feita na Rua Wenceslau Bráz, em frente ao n° 3375, no bairro do Portão. Ocorre que há três meses atrás a SANEPAR lá esteve, abriu a valeta quebrando toda a calçada e afirmou à moradora daquele endereço que iriam implantar rede de esgoto para toda a rua, porém não terminaram o serviço e teve início uma erosão no local, que está aumentando a cada dia, causando muitos transtornos a todos. Pedese que providências urgentes sejam tomadas, visando a solução do problema antes que maiores prejuízos sejam causados à requerente do presente pedido.

Sala das Sessões, em 20.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 941

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Secretaria de Estado da Educação, no sentido de resolver o problema de falta de professores no Colégio Estadual Leônicio Correia - Bacacheri. A falta de professores é nas 6.^a e 7.^a séries noturnas, sendo que há geralmente somente duas aulas nesse turno, algumas vezes somente uma. O pedido está sendo feito pelos pais dos alunos, os quais estão preocupados, pois as aulas iniciaram no dia 22 de fevereiro do corrente e até a presente data nada foi feito. O colégio é bem conceituado, mas está sendo prejudicado pela falta de organização quanto à distribuição de aulas antes de iniciar o ano letivo.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 942

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento nos finais de semana na Rua Cel. Amazonas Marcondes, nas proximidades de duas danceterias que há no local. Ocorre que o movimento de jovens é grande nessas danceterias e na saída eles fazem algazarras, corridas de carros e motos, depredam as residências com pedras, sejam os muros, além de falar palavrões. Os moradores não sabem mais o que fazer e pedem policiamento urgente nas redondezas dessas danceterias que se localizam no bairro do Cabral, pois é impossível dormir nos finais de semana.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 943

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto na Rua Luiz Machuca, n° 184 - Vila Nova, no bairro do Boqueirão. O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, tendo em vista que o esgoto corre a céu aberto, exalando um mau cheiro insuportável.

vel, além do perigo de contração de doenças a que todos estão propensos.

Sala das Sessões, em 19.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 946

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à construção de um Barracão Industrial, no Município de Corumbataí do Sul.

Tal solicitação prende-se ao fato de que o município tem como objetivo, incentivar as pequenas indústrias que não possuem um local apropriado para suas atividades, gerando-se assim, empregos nos pequenos municípios.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 947

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Luiz Alberto Martins de Oliveira, Diretor Superintendente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, solicitando o incremento de Telefones Públicos Dupla Ação, nas escolas dos Municípios de Irati, Rebouças, Rio Azul, Mallet, Inácio Martins, Imbituva, Prudentópolis e Teixeira Soares.

Trata-se de projeto que visa trazer segurança e tranquilidade para a diretoria e alunos de estabelecimentos de ensino, bem como para a comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 948

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Luiz Ernesto Mayer Pereira, Secretário de Estado do Esporte e Turismo, reiterando a solicitação de liberação de recursos financeiros para construção e cobertura da quadra de esportes do município de Prudentópolis.

A presente solicitação visa oferecer à população, principalmente aos jovens, um local apropriado à prática de esportes e lazer; esta quadra está localizada no centro da cidade à disposição de todos.

Esta obra de cobertura, é antiga rei-

vindicação do município, pois, neste local são realizados todos os eventos esportivos.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Secretária Especial de Política Habitacional, Sra. Rosângela Curra Kosak, solicitando estudo de convênio em parceria com o Município de Ponta Grossa para a construção de casas populares.

Cerca de 11700 famílias fazem parte do grupo dos sem-teto, em Ponta Grossa. Essas pessoas vivem em locais como beiras de linhas férreas, de córregos e estradas.

Em 1980, Ponta Grossa contava com apenas 100 famílias sem-teto, mostrando assim que as favelas não são fenômenos recentes, as primeiras surgiram na década de 50 e o aumento do número foi constante.

A maioria dos terrenos ocupados por favelas em Ponta Grossa, são de propriedade particular. Em segundo lugar, com relação a propriedades ocupadas, estão os terrenos pertencentes ao município.

Baseado nestes fatos e em outros, é que se faz esta solicitação para que esta situação caótica comece a ser contornada.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no bairro Cará-Cará.

O bairro acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 962

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no bairro Olarias.

O bairro acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no bairro Uvaranas.

O bairro acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no bairro São José.

O bairro acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 965

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no bairro Madureira.

O bairro acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK
REQUERIMENTO N° 966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no bairro Boa Vista.

O bairro acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Sr. Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no bairro Nova Rússia.

O bairro acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 968

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Esporte e do Turismo Senhor Luiz Ernesto Meyer Pereira, solicitando a possibilidade de construir uma quadra esportiva polivalente, se possível coberta, através do Programa Nossa Quadra, do Governo do Estado, no bairro Ronda.

O bairro acima referido, necessita desta quadra para suprir a procura pelo esporte e melhorar sua infra-estrutura recreativa, visto que o número de desportistas aumenta a cada dia sendo o esporte uma fonte natural de saúde.

A construção da quadra beneficiará, muitas pessoas entre elas crianças, jovens e adultos, que têm como complemento de suas atividades diárias e semanais, o esporte.

Esta obra será de grande valia, e com certeza irá estimular a juventude e a família a descobrirem as virtudes do esporte, deixando de lado a viciosidade, tão perniciosa nos dias atuais.

Quem pratica esporte não tem vício.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 970

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo ao Exmo. Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, Dr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, solicitando a instalação de telefones públicos comunitários no conjunto residencial Porto Seguro, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O presente expediente atende a solicitação dos moradores do conjunto residencial Porto Seguro, nesta Capital, conforme abaixo-assinado que segue anexo.

Reclamam aqueles moradores que a região carece do serviço de telefonia pública, o que dificulta em muito a comunicação em casos de emergência, como Rádio-patrolha, ambulância e Corpo de Bombeiros.

Registre-se, ainda, que a maioria dos moradores é constituída por pessoas de baixo poder aquisitivo, que não dispõem de meios para aquisição de uma assinatura junto à TELEPAR.

REQUERIMENTO N° 916

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja solicitado informações do Exmo. Sr. Dr. Oswaldo Trevisan, DD. Ouvidor do Estado, sobre o que se segue:

1) - Se todos os Exmos. Srs. Secretários de Estado, Diretores Gerais das Secretarias, dirigentes dos Órgãos de Regime Especial e o corpo diretivo das Autarquias, das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista que nomeados pelo Governador Mário Pereira, ao assumirem, cumpriram os dispositivos do Decreto nº 645, de 07.08.91?

2) - Se as autoridades que ocupavam os cargos acima discriminados, ao serem substituídos, cumpriram as disposições do citado diploma legal?

3) - Se tendo havido o cumprimento do Decreto nº 645/91, em que Diário Oficial foi dado publicidade?

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando:

1. Lista completa das empresas que são acusadas de sonegação de impostos.

2. Lista completa das empresas sonegadas que estão sendo processadas.

3. Em que Varas tramitam tais processos e seus respectivos números.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Excelentíssimo Senhor Luis Gastão Franco de Carvalho, Chefe da Casa Civil, solicitando as seguintes informações:

1 - Há quantos anos o Paraná tem escritório político na Cidade de Rio de Janeiro?

2 - Desde quando o Dr. Carlos Nasser ocupa o cargo de chefe deste escritório?

3 - Qual era a remuneração do Dr. Carlos Nasser?

4 - Qual era a sua função?

5 - Porque tal escritório foi fechado?

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 973

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja

transcrita na ata dos trabalhos de hoje, a coluna "Opinião" do jornal Diário da Manhã do dia 24 de abril, intitulada "O Paulo só queria ser Prefeito", de autoria do Jornalista Adail Inglês.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao Jornalista Adail Inglês, à Rua Balduino Taques, 890, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 140/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", do Município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor a partir de sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, com sede e foro no Município de São Jerônimo da Serra, foi fundada em primeiro de março de mil novecentos e noventa e três, é uma entidade civil, sem fins lucrativos de caráter estritamente beneficente, que tem por finalidade de prestar assistência, tratamento especializado, educação, habilitação, reabilitação a inserção social do excepcional, realizam também promoções beneficentes em prol da Associação.

A documentação que anexamos comprova o preenchimento dos requisitos essenciais para o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI Nº 141/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar área de terras, situada na Avenida Dr. Luiz Teixeira Mendes (fundos do Horto Florestal), no Município de Maringá, com a seguinte descrição:

"Lote de terras medindo 56.240 m², ou 2,2 alqueires paulistas, identificado como lote nº 361-B, parte do lote nº 361, confrontando-se com o lote nº 351 no rumo NE 79°01'SO na distância de 315 metros, com os lotes 350 e 349 e parte do lote 349-A no rumo SO 8°39'NE na distância de 173,80 metros, com os lotes 355 e 360 (conhecido como Horto Florestal da Av. Dr. Luiz Teixeira Mendes) no rumo SO 79°07'NE na distância de 345,0 metros e descendo o Corre-

go Borba Gato até encontrar a divisa com o lote nº 351, conforme consta do Regimento de Imóveis da Comarca de Maringá."

Art. 2º - O Poder Executivo, fica ainda autorizado a determinar que a referida área seja considerada como Área de Preservação Permanente, bem como, a sua transferência para a Universidade Estadual de Maringá, incorporando-a ao seu patrimônio, e destinada às atividades de ensino e pesquisa daquela instituição.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26.04.94.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora propomos, tem por finalidade a desapropriação da área de terras nº 361-B, pelo Governo do Estado do Paraná, incorporando-a ao patrimônio da Universidade Estadual de Maringá, que pelas suas funções e objetivos, garantirá a preservação da área, bem como a sua destinação de uso científico para ensino e pesquisa.

A presente medida altamente significativa, encontra-se voltada aos interesses sociais, visando garantir a preservação de áreas importantes para a qualidade e melhoria de vida da população e, também, pretende impulsionar o desenvolvimento da pesquisa científica.

Sendo assim, solicitamos o devido apoio e conseqüente aprovação pelos nobres Pares, ao referido projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está aberta a Sessão. Lida e aprovada a Ata.

Não havendo Expediente a ser lido, no Pequeno Expediente passamos a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Na semana passada nós comemoramos em todo o Brasil o Dia Nacional pela Paz no Trânsito - Dia 21 de abril e nesta data, em todas as capitais brasileiras foram feitas manifestações de protesto, manifestações de conscientização, pela situação crítica em que se apresenta o trânsito em todas as grandes cidades brasileiras e o Jornal o Estado do Paraná, no seu Editorial de hoje traça o perfil e dedica as suas linhas a este assunto que é por demais importante.

CONTRA A MORTE

"Morrem anualmente 50 mil pessoas em acidentes de trânsito em todo o Brasil."

Tão importante quanto o apelo nacional contra a fome e pelo emprego é a campanha contra a morte nas estradas e ruas, que visa diminuir a violência do trânsito em todo o país. Foi deflagrada na semana que passou e elegeu a data de Tiradentes como o Dia Nacional da Paz no Trânsito. A comparação em tom de apelo foi feita no ato realizado na Praça 19 de Dezembro pelo jornalista e deputado Algaci Túlio, que durante anos foi repórter policial com atuação neste jornal. Ela merece acolhida imediata. Mais que isso, exige providências concretas e urgentes.

Se não serviu para outra coisa, a instituição daquela data como parte de um programa de redução de acidentes de trânsito, lançado pelo Ministério dos Transportes, colocou as pessoas de frente para essa que é a nossa maior tragédia: morrem anualmente 50 mil pessoas em acidentes de trânsito em todo o Brasil. Outras 350 mil ficam feridas. O país gasta 4,5 bilhões de dólares com esses acidentes. Mais da metade - 63% - dos leitos hospitalares públicos são ocupados por vítimas de acidentes de trânsito.

As estatísticas celebram outros números, sempre com a veemência do sangue e da agonia, mas bastam estes para dar idéia da gravidade e extensão do problema, sem termos de comparação com qualquer outra epidemia ou causa mortis no Brasil. Já ostentamos o incômodo título de campeão mundial em acidentes de trânsito. Os que morrem nesta guerra que mata mais que a do Vietnã e que some todo ano com o equivalente a uma lotação inteira do estádio do Pacaembu têm, na média, a idade de Cristo - 33 anos.

A cidade de Curitiba, que a dizem ecologicamente correta, e que a querem na vanguarda do planejamento urbano, assume, neste incômodo cenário nacional, posição de vantajada liderança. A capital das lombadas, que o prefeito Rafael Greca prefere chamar de buracos ao avesso, cuidou das coisas relacionadas à ecologia - desde a preservação de áreas verdes até a reciclagem do lixo -, ganhou notoriedade com inovação no transporte coletivo, mas descuidou de educar seus cidadãos para o respeito à vida humana, em primeiro lugar.

É preciso reverter esse quadro, que se soma às demais manifestações de violência que adoecem a nossa sociedade. Isso não será conseguido - está mais que provado - apenas com obras de duplicação de estradas, com lombadas eletrônicas, sinalização adequada e com outras providências do gênero. São gestos importantes, mas essencial será o investimento para valer na educação, a começar pelas crianças, livres ainda dos vícios que boa parte dos adultos ao volante carrega, consciente ou in-

conscientemente.

Paralelamente a essa ação cujos efeitos serão mantidos a longo tempo, é inconcebível, neste quadro de guerra, a brandura da legislação atual que apenas faz de conta que pune infratores e assassinos ao volante. É necessário endurecer as leis e castigar com rigor a irresponsabilidade que leva nossos amigos, rouba nossos filhos, arrebatava nossas esperanças e nos enche de dor em cada esquina ou curva da vida.

Hoje pela manhã esta Casa esteve representada no Departamento de Estrada e Rodagem. Nós estivemos, juntamente com os Deputados Heinz Herwig e o Deputado Nelson Garcia, representando a Assembléia Legislativa quando o Governo do Estado, a Polícia Rodoviária lança também o projeto Mais Vida nas Estradas - Reduzir Acidentes é a Meta.

Lá estivemos ao lado do Engenheiro Rogério Wallbach, Diretor Geral do DER, ao lado de Luis Eduardo Hunzicker Tenente Coronel Comandante da Polícia Rodoviária Estadual, dentre outras autoridades, todas elas preocupadas com a situação da violência que tem causado tragédias e mais tragédias nessas últimas horas, nesses últimos dias, nas últimas semanas, nos últimos meses, e é preciso que se faça urgentemente alguma coisa.

A Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa faz a sua parte, dando a sua contribuição e colocando-se à disposição dos órgãos competentes desta área para que possamos debater com profundidade a questão da segurança no trânsito, não apenas nas ruas de Curitiba, mas nas estradas e nas ruas das cidades de maior concentração como Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa, entre tantas mais.

Por isso, eu queria, neste momento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, trazer aqui a nossa contribuição nesse caso, da Assembléia Legislativa que, hoje pela manhã, se fez representar no lançamento desse projeto Mais Vida nas Estradas, lançado pela Secretaria de Segurança Pública através da Polícia Rodoviária Federal e através da Secretaria de Transporte, Departamento de Estradas de Rodagens.

Fica aqui, portanto, registrada essa participação da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência registra com satisfação a presença entre nós do Licenciado Luiz Alberto Vagner, Governador Departamento Central do Vizinho País Paraguai, que se encontra em visita a esse Parlamento, a esse Plenário.

Esta Presidência registra também a

presença em Plenário da Consulesa Ester Canheti, da República do Paraguai.

Esta Presidência suspende a Sessão por alguns instantes para que o Ilustre visitante possa cumprimentar os Senhores Deputados.

(É suspensa a Sessão).

Está reaberta a Sessão.

Nós concedemos a palavra por alguns instantes ao Governador do Departamento Central do Paraguai, Licenciado Luiz Alberto Vagner.

O SR. LUIZ ALBERTO WAGNER - (Discurso proferido em castelhano, tradução da taquígrafa)

Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Orlando Pessuti, muito agradecido por dar-me esta oportunidade. Também a Carlos Simões, Deputado que nos dá esta oportunidade de estar com vocês neste momento. Como primeiro Governador eleito democraticamente em meu País por nosso Departamento lhes agradeço esta magnífica oportunidade de estar com vocês, sabemos que este é um dos Estados que têm maior relacionamento com o meu País. Este é um dos Estados de onde recebemos combustível importante para nós. Neste momento estamos vendo que esta possibilidade de melhorar as nossas relações, por meio de intercâmbio que estamos tendo, vai fortalecer o desenvolvimento de nossos povos, vai fortalecer realmente a possibilidade de que nossos povos tenham realmente um futuro melhor.

Sabemos que não somente as relações entre os diferentes países são as que convêm a este melhor relacionamento, mas que fundamentalmente as gestões, as cidades, os Estados, na medida em que tenham um acordo melhor, um melhor relacionamento é o que faz com que possamos seguir fortalecendo a nossa América.

Necessitamos nos unir, necessitamos fazer uma grande frente comum para poder negociar melhor, para poder conversar com mais força com os outros que, muitas vezes, querem nos dividir para desta forma irem nos ganhando um a um.

Cremos que o Paraguai e o Brasil, Estado do Paraná e Estado Departamento Central com um melhor fortalecimento irão fortalecer, irão possibilitar que o nosso relacionamento, que as nossas Economias se desenvolvam mais, e fundamentalmente que a Democracia tão dificilmente ganha por nossos povos cada vez fique mais fortalecida.

Que cada vez mais haja a possibilidade de nossa rica terra ir cada vez mais para frente.

Muito obrigado, muito obrigado Presidente.

APLAUSOS.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência agradece as palavras e a manifestação do Dr. Luiz Alberto Vagner, Governador do Departamento Central, e colocamos esse Parlamento à sua disposição.

No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Parnanguara Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, pela segunda vez subo a essa Tribuna para reverenciar a figura de um Parnanguara ilustre. A primeira vez, todos os Senhores se lembram, vim a essa Tribuna reverenciar a figura do Dr. Leocádio Correia, o mais eminente Parnanguara até hoje.

Hoje venho a esta Assembléia falar um pouco sobre Raul Cruz, o pintor de almas.

Há um ano perdíamos um dos nomes mais marcantes do meio cultural brasileiro e paranaense. Em 26 de abril de 1993, falecia Raul Cruz, artista plástico, cenógrafo, figurinista, autor e diretor teatral, deixando, atrás de si, uma obra vastíssima que agora começa a ser levantada.

Dono de sensível talento, Raul Cruz foi um dos nomes de maior destaque da chamada Geração Oitenta e desenvolveu um trabalho intenso tanto nas artes plásticas como no teatro, áreas que para o artista, estavam fortemente interligadas.

Considerando a importância e singularidade de sua obra, há dez meses uma equipe de amigos vem se dedicando ao Projeto Raul Cruz que será aberto nesta terça-feira quando se completa, infelizmente, um ano de morte do artista, com exposições de suas pinturas e desenhos no Museu Metropolitano de Arte (gravuras) no Museu de Gravura e inúmeros outros Museus, apresentando sua obra.

Gostaria de agradecer aos amigos e organizadores da Exposição Raul Cruz, aos artistas Denise Bandeira, Eliano Prolik, Paulo Reis e Renato Negrão, por todo empenho e dedicação a esse querido amigo.

Como Deputado, como ser humano e como parnanguara, gostaria de agradecer a este ilustre gênio da nova safra de artistas, que saiu de Paranaguá e do Paraná para o mundo. O seu desaparecimento precoce só veio a nos trazer saudades.

De Raul Cruz, o Raulzinho, como era conhecido em Paranaguá, por seus amigos, ficaram grandes lições. Uma me marcou profundamente: Raul Cruz costumava dizer e afirmar: "O compromisso do artista, é com a humanidade e o seu crescimento". Esta frase, este sentimento deveriam ser praticados por todos os seres humanos, todos os dias da nossa vida.

Obrigado Raul Cruz. Onde você estiver, certamente não virei mais a esta tribuna para memorizar parnanguaras ilustres, que são muito grandes. Iluminado, só o Dr.

Leocádio Correia, mas, sem dúvida, você se tornou uma das nossas grandes estrelas brilhantes, não só de Paranaguá, mas também, do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, a palavra está com o Deputado José Tavares da Silva Neto.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Três assuntos me trazem à tribuna nesta tarde. O primeiro é para cumprimentar o Governador Mário Pereira que no final da última semana, nomeou por decreto o novo Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor Jackson Proença Testa, eleito que foi pela comunidade universitária, num Colégio Eleitoral de mais ou menos 15 mil eleitores, colégio esse constituído de professores, alunos e funcionários e que teve como competidor mais próximo, a ilustre professora Luzia Deliberador que é a atual Vice-Reitora daquela instituição. Eu saúdo o Governador Mário Pereira, por uma razão muito simples: pela legislação em vigor, é da competência exclusiva do governador, a nomeação do Reitor da Universidade Estadual, que é submetido a ele, através de uma lista sêxtupla e que portanto, ele teria ampla liberdade de escolher dentre os seis, aquele que ele, segundo o seu entendimento, melhor atende aos interesses da Universidade e conseqüentemente, do Estado, já que a Universidade faz parte do Estado do Paraná e ele optou exatamente pelo mais votado e em assim agindo, ele teve uma postura de absoluto respeito à posição da comunidade universitária da Universidade de Londrina. Por isso que eu venho a esta tribuna, ao tempo em que comunico isto à Casa, ao Paraná, saudá-lo, pela forma desprendida e elevada com que S. Exa. se portou diante desse importantíssimo acontecimento para a vida universitária do Norte do Paraná.

Um outro assunto, Sr. Presidente, é para também comunicar à Casa que estou encaminhando à Mesa um requerimento pedindo a criação de uma Comissão Especial, com base no art. 35 do Regimento Interno - constituída de três membros, com duração de trinta dias para aprofundar estudos e discutir, em profundidade, um Projeto que está na Casa parado há meses, a meu juízo de forma inexplicável, que trata da criação do Juizado Especial de Pequenas Causas para as infrações penais de menor potencial ofensivo.

Esta matéria - ela, sem dúvida alguma, se não é pioneira no Brasil, são pouquíssimos os Estados que já implantaram o Juizado Especial de Pequenas Causas para as infrações penais de menor potencial ofensivo. E o Paraná que tem sido vanguardeiro

em questões dessa natureza não pode continuar indiferente a um assunto de tamanha relevância. Como todos sabemos a competência é do Poder Judiciário na iniciativa da matéria e o Poder Judiciário já o fez no final de 1992. E, inexplicavelmente, esta matéria, não veio à Ordem do Dia em que pese a sua relevância. Por sabermos da sua importância é que entendemos propor a criação de uma Comissão Especial constituída de um número mínimo de parlamentares. Para nós com a urgência que o caso exige e merece estudarmos esta questão.

O Juizado Especial de Pequenas Causas criminais de infrações penais é uma tarefa da maior relevância para a população, sobretudo para a população pobre do nosso Estado. Nesse sentido como Secretário da Justiça já demos o primeiro passo: localizamos um prédio de propriedade do Estado do Paraná, aonde funcionava o IAP - Instituto Ambiental do Paraná, prédio esse que foi por mim e pelo Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Corregedor Geral da Justiça, pelo vice-Presidente do Tribunal de Justiça visitado no final da nossa gestão à frente da Secretaria e através de um protocolo, de um documento firmado entre o Poder Judiciário e o Governo do Estado, este prédio público foi definitivamente destinado a abrigar as varas de execuções penais e o Juizado Especial de Pequenas Causas. Tanto no âmbito do cível que já funciona no nosso Estado quanto no âmbito das infrações penais que é o que nos propomos, neste momento - Sr. Presidente, a agilizar a discussão e acelerar a sua votação, transformando isso em lei e, consequentemente, em realidade.

Um terceiro assunto, Sr. Presidente, se refere a um encontro havido também no final da semana passada na Cidade de Faxinal. Em encontro que, pela segunda vez, prestigiámos, em função da nossa atuação como Secretário da Justiça e da Cidadania do Estado. O Encontro, Faxinal Livre das Drogas, é um Programa que lançamos no atual Governo, denominado de "Paraná Livre das Drogas", e Faxinal, sem dúvida alguma, ao lado de outros municípios do Paraná é o que apresentou o melhor trabalho de prevenção em relação às drogas do nosso Estado.

Por esta razão lá estivemos no final de semana passada participando do encerramento desse Encontro, que nos impressionou mais uma vez. Toda a sociedade de Faxinal mobilizou-se, as autoridades sob a liderança da Professora Gilda, ao Osvaldo (?), que realizou um extraordinário trabalho que serve de parâmetro, de modelo não só para o nosso Estado, como para o nosso País, e que está servindo, Deputado Toti Colaço, de referências internacionais em Congressos que tratam desta questão, den-

tre os quais eu destacaria um Congresso havido na Tailândia, cujas referências dos Encontros de Faxinal foram lá destacadas pela excelência do trabalho ali realizado por aquela comunidade.

Neste sentido propusemos aqui na Casa um voto de louvor, de aplausos à população à comunidade de Faxinal, sintetizando tudo isto na pessoa da Professora Gilda, que sem dúvida alguma é uma extraordinária figura que passamos a conhecer e admirar a partir do momento que assumimos a Secretaria da Justiça.

Este trabalho, sem dúvida, só pode também obter o êxito que alcançou graças ao passado e ao presente, a dedicação histórica de um homem da maior respeitabilidade que o psiquiatra londrinense Éder Soares Vargas, que por nós foi nomeado Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes e que tem sido o grande coordenador deste trabalho em todo o Estado do Paraná.

Eram estas, Sr. Presidente, as três colocações que queria fazer.

Agradeço a V. Exa. pela oportunidade e aos meus colegas Deputados pela atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente com a palavra o Deputado Antônio Toti Colaço Vaz.

O SR. TOTI COLAÇO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê):

"É lastimável a situação dos municípios do Paraná e do País inteiro, sobretudo os pequenos e médios, cujas atividades dependem das transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios.

O plano de estabilização econômica, apesar de revestido das melhores intenções, trouxe para as administrações municipais graves problemas. Ao indexar os salários e outros encargos das prefeituras, o Plano não levou em consideração o fato de que os ingressos ou repasses da União para a manutenção das atividades dos municípios não foi indexado pelo mesmo fator da URV.

Assim temos Srs. Deputados a seguinte situação: de um lado as prefeituras devem pagar suas obrigações indexando-as à Unidade Real de Valor.

De outro lado, recebem os recursos constitucionais em Cruzeiro Real.

Para se ter uma idéia do efeito negativo de tal situação, examinemos o seguinte: em janeiro deste ano, os municípios paranaenses receberam um total de CR\$ 12.269.037.908,92 (doze bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, trinta e sete mil, novecentos e oito cruzeiros

reais e noventa e dois centavos), convertidos em URV a importância ficou em 30.685.485 URVs (trinta milhões, seiscientos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e cinco unidades reais de valor); em fevereiro receberam CR\$ 16.215.771.368,04 (dezesseis bilhões, duzentos e quinze milhões, setecentos e setenta e um mil, trezentos e sessenta e oito cruzeiros reais e quatro centavos) ou o equivalente a 28.282.240 URVs (vinte e oito milhões, duzentos e oitenta e dois mil, duzentas e quarenta unidades reais de valor).

Uma diminuição de 8,5% com referência ao mês anterior.

Em março, os Prefeitos tiveram crédito na ordem de CR\$ 20.219.711.150,41 (vinte bilhões, duzentos e dezenove milhões, setecentos e onze mil, cento e cinquenta cruzeiros reais e quarenta e um centavos) transformados pela URV do dia de repasse, temos a quantia de 25.228.006 URVs (vinte e cinco milhões, duzentos e vinte e oito mil, e seis unidades reais de valor).

Uma diminuição de 13% com referência ao mês anterior.

Em abril, e até o momento, os municípios terão recebido CR\$ 27.701.004.275,52 (vinte e sete bilhões, setecentos e um milhões, quatro mil, duzentos e setenta e cinco cruzeiros reais e cinquenta e dois centavos) ou o equivalente a 20.955.800,70 URVs (vinte milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, oitocentas unidades reais de valor). Uma diminuição de cerca de 20% com referência ao mês anterior.

De janeiro a abril os municípios terão uma perda equivalente a cerca de 30% das verbas creditadas à conta do FPM, quando convertidas em URV. Se permanecessem em cruzeiro real, teríamos um incremento equivalente a 125,7%.

A título de apreciação, os valores do ICMS, transferidos pelo Estado do Paraná aos municípios se comportaram da seguinte forma:

- Janeiro: 29.380.498 URVs (vinte e nove milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentas e noventa e oito unidades reais de valor);

- Fevereiro: 26.754.838 URVs (vinte e seis milhões, setecentos e cinquenta e quatro mil, oitocentas e trinta e oito unidades reais de valor);

- Março: 29.741.755 URVs (vinte e nove milhões, setecentos e quarenta e um, setecentas e cinquenta e cinco unidades reais de valor);

Abril (previsão): 31.200.000 URVs (trinta e um milhões e duzentas mil unidades reais de valor).

A relativa estabilidade percebida nas transferências do ICMS se deve ao fato de que no Paraná o Governo do Estado indexou

parcialmente a receita em UFIR.

É sabido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que 80% dos municípios do Paraná dependem em cerca de 70 até 85% das transferências constitucionais do FPM.

Além de não acompanhar o galopante processo inflacionário, o FPM que é constituído pelos recursos arrecadados do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, tem diminuído graças às contínuas isenções do IPI, patrocinadas pelo Governo Federal, que se compensa a si mesmo em outros tributos, mas não aos municípios.

A Constituição Federal de 1988 que tão sabiamente deu um ordenamento jurídico aos entes federados, restringiu os municípios a participarem apenas de 22,5% dos dois impostos (IR e IPI) e aumentou consideravelmente as atribuições dos municípios.

A Associação dos Municípios do Paraná está se mobilizando junto ao Governo Federal para solucionar de imediato tal situação tão adversa à população.

O Bloco Parlamentar Municipalista, atuando em conjunto com a Associação dos Municípios do Paraná e tendo recebido todo apoio do Presidente desta, Orlando Pessutti, está também atuando em Brasília. Para tanto aguardamos apenas a confirmação de audiência já solicitada com o Senhor Ministro da Fazenda, Rubens Ricúpero, para apresentarmos os estudos e sugestões que foram elaboradas.

A Ação firme da Associação dos Municípios do Paraná, o apoio decidido do Bloco Municipalista desta Casa, e a sensibilidade da Presidência tem trazido bons resultados.

As entidades estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Rio de Janeiro e mesmo São Paulo, e a Confederação Brasileira dos Municípios já contactaram este Bloco Municipalista e a AMP para receberem os estudos técnicos elaborados, bem como participarem de ação comum em Brasília nestes dias.

É elogiável a atuação dos Parlamentares desta Casa e membros do Bloco Municipalista na luta em defesa do municipalismo. É nossa crença que somente pela força dos municípios que atingiremos o perfil da justiça social e de uma democracia federativa atuante."

O Sr. Algaci Tílio - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, que vem em boa hora, no momento em que muitos prefeitos estão em Brasília tentando convencer os Senhores Parlamentares da necessidade de mudança na regra da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios.

Vou um pouco mais além, também Senhor Deputado, porque veja não é admissível que o município remeta aquilo que recolhe através dos impostos através de URV e receba em Cruzeiros Reais, é um absurdo, isto está quebrando com as prefeituras, está levando prefeitos a situações realmente difíceis perante os seus funcionários na questão de pagamentos.

Ainda na semana passada tivemos uma greve em Morretes, onde o Prefeito se debruçava com esta problemática, do repasse do Fundo de Participação dos Municípios, que retorna à Prefeitura em termos de Cruzeiros Reais.

Eu dizia que ia mais além, porque eu acho que tem que haver também uma alteração no sistema de recolhimento de ICMS e do envio desse ICMS para o Governo Federal. Acho que temos que analisar a questão por regiões. Por exemplo o Norte e Oeste paranaense têm uma condição melhor, têm um potencial maior na industrialização e no seu progresso, bem ao contrário por exemplo da região do Vale da Ribeira, do Litoral do Paraná que têm poucas indústrias, poucas condições de ter uma boa arrecadação.

Então eu acho que também deveria se estudar uma fórmula, estamos até já colhendo algumas informações, alguns dados nesse sentido e propor esta alteração.

Acho que cada região é uma situação.

Por isso, se temos prefeituras com poderes maiores como a Capital do Estado que não sofre o impacto com essa questão do Fundo de Participação aos Municípios, como Londrina, como Maringá, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Ponta Grossa, em compensação, os pequenos municípios sofrem violentamente essa situação toda. Por isso acho que o Bloco Municipalista do Paraná, do qual eu, Vossa Excelência e outros companheiros fazemos parte, precisamos atuar, realmente, com todo vigor nesse sentido. Se for o caso, conchamar os prefeitos para reuniões, irmos à Brasília, irmos aos congressistas, mostrarmos a eles que a situação não é como está pintado em Brasília.

Quero cumprimentar Vossa Excelência por esse pronunciamento e dizer que todos estamos aí embuídos da maior boa vontade no sentido de ver a coisa ser modificada, porque as prefeituras e os prefeitos não podem ficar sofrendo aí constantemente com essa situação, com o funcionalismo em especial muito menos com as obras porque elas passam um tanto quanto despercebidas, mas a questão do funcionalismo, o pagamento dos funcionários é sagrado e ele, chega no dia 05 do mês, não tem para pagar em função de receber em três parcelas esse Fundo de Participação aos Municípios e quando chega aqui ele não está valendo mais nada.

Parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. TOTI COLAÇO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Vossa Excelência que tem uma experiência muito grande como prefeito e por diversas vezes assumiu a Prefeitura da Capital do nosso Estado, colocou com muita propriedade a problemática dos pequenos municípios do Estado do Paraná.

Para finalizar, é bom lembrar uma vez mais, inclusive ratificando as suas palavras, Eminentíssimo Deputado Algaci Túlio, que receita dos municípios grandes não é a maior receita o Fundo de Participação dos Municípios, são as receitas próprias do município é que fazem o grande bolo da receita da arrecadação municipal. Entretanto, nos municípios médios e pequenos do interior do Paraná o carro-chefe da arrecadação é o Fundo de Participação dos Municípios.

Lamentavelmente, as obrigações do Governo sempre são colocadas para as prefeituras e essa distribuição de recursos em termos de Governo Federal está muito aquém do necessário, do justo aos municípios paranaenses.

Fica aqui, portanto, registrado esse nosso pronunciamento e convocamos os membros do Bloco Municipalista para uma reunião possivelmente amanhã ou depois de amanhã, eu vou mandar um convite por escrito, para que a gente possa fazer um estudo e uma avaliação melhor ainda sobre o assunto que aqui abordamos, porque, realmente, a situação dos municípios pequenos no Estado do Paraná é periclitante, é de extrema gravidade.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Havendo encerrado o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Partido Progressista - PP - Concedo a palavra ao Deputado Dirceu Silveira Manfrinato de Cianorte e adjacências.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje queremos agradecer ao Governador Mário Pereira em razão de termos apresentado a esta Casa o Projeto de Lei nº 10.735 e que recebemos o apoio dos Senhores Deputados e entendemos que esse projeto é de grande alcance no setor cultural do nosso Estado.

Esse projeto se resume nas questões que abrangem o setor educacional do nosso Estado.

Sabíamos que havia, através da Secretaria de Educação, o impedimento dos alu-

nos quando, em qualquer município do nosso Estado, havia algum encontro no setor cultural e até mesmo na questão de palestras proferidas com relação ao tóxico.

Quero até citar um exemplo do que nos levou, nas origens, a apresentar o projeto a esta Casa.

Tivemos um encontro na Cidade de Cianorte, há uns sete meses atrás, com palestrantes de vários lugares do Brasil falando sobre o risco das drogas. Cianorte também recebeu a figura do ilustre Deputado, ex-Secretário de Justiça e Cidadania, Deputado José Tavares que lá proferiu uma palestra também. Fomos abordados por vários representantes da área da educação, até mesmo dos que promoveram esse encontro em Cianorte, lamentavam a nossa pessoa que procuraram a chefia do Núcleo de Educação e pediram para que dispensassem os alunos do noturno para que tivessem a possibilidade de participarem dessas palestras.

Lamentavelmente, não que os professores e o chefe do Núcleo de Cianorte não desejassem atender a esse pedido, havia um esbarramento por determinação da Secretaria da Educação que proibia a dispensa dos alunos.

Conversamos e chegamos a um entendimento. Entendi que no momento em que há um encontro do Governo do Estado com a Secretaria de Educação, com professores e alunos locais de todos os municípios paranaenses, nada mais justo do que dispensar as aulas para que os alunos pudessem participar dos eventos.

E hoje, Senhores Deputados, felizmente, pela compreensão e o apoio que recebi nesta Casa dos Senhores Deputados foi possível que o Governador Mário Pereira nos apoiasse nesse projeto que acho de grande importância para o nosso Estado.

Quero agradecer aos Senhores Deputados, ao Governador Mário Pereira, agradecer também aos professores e ao mesmo tempo congratular-me com a vitória que conquistamos para os alunos do nosso Estado.

Era isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Partido Trabalhista - PT.
Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Recentemente, a "Folha de Londrina", numa matéria de página inteira, divulgou que, aproximadamente duas mil empresas paranaenses estão na lista de sonegadores de impostos. Informa também aquele jornal que são cerca de cinquenta milhões de dólares mensais que deixam de ser arrecadados ao

Governo do Estado e, destas duas mil empresas, nem todas são processadas; somente cento e vinte e oito têm tido os seus débitos para com a Receita cobrados judicialmente.

É de se perguntar qual é a razão que somente cento e vinte e oito empresas têm sido cobradas na justiça o seu débito para com o povo do Paraná. Não é para com o Governador do Paraná, mas sim para com o povo, pois a sonegação de 50 milhões de dólares, é dinheiro a menos para se investir na saúde, haja vista que somente cerca de 3,5% do orçamento do Estado é investido em saúde. É dinheiro que deixa de estar nos cofres do Estado para ser investido em educação, e sabemos o quanto está deficitário o salário de todos os servidores e, no caso da educação, dos professores.

É dinheiro que poderia ser investido pelo Governo do Estado, buscando o desenvolvimento do Paraná e assim, obtendo maior número de empregos, quando temos hoje uma população bastante alta de desempregados.

Enfim, são 50 milhões de dólares que não são arrecadados aos cofres do Estado.

É necessário que o Governo aja com firmeza na cobrança deste débito, é necessário que o Governo invista em maior número de funcionários e de fiscais no caso, para diminuir a sonegação e também, se por acaso existirem fiscais que estão agindo irregularmente, que estão agindo através de corrupção, se estão favorecendo essas empresas, que esses funcionários sejam demitidos.

Para que se possa avançar neste tipo de fiscalização, este Poder, o Poder Legislativo, tem um papel fundamental, que é o de cobrar e auxiliar o Poder Executivo na diminuição desta sonegação. É cobrar do Poder Executivo toda a firmeza necessária para que os sonegadores sejam punidos e somente será possível isso, se esse Parlamento tiver um sistema informatizado e interligado com as várias Secretarias de Governo.

Se tiver um sistema como tem hoje o Congresso Nacional, onde todos os Parlamentares Federais, Deputados ou Senadores, podem ter acesso a todas as contas do Governo Federal - e isto deve também ser instalado em nossa Assembléia - para que possamos definitivamente, exercer um papel que nos cabe, que é o de representante da população e fiscalizadores dos Poderes, porque hoje temos dificuldades de ver aprovado um pedido de informações para esclarecimento de todos esses fatos que ocorrem no Poder Executivo.

Estou dizendo isso, porque estamos solicitando a aprovação de um pedido de informações para que a Receita do Estado nos informe quais são as empresas acusadas de

sonegação de impostos, qual a lista das empresas, quais estão sendo processadas e em quais Varas correm estes processos. Isto é papel nosso de Parlamentar: acompanhar o que está sendo executado pela Administração Central do nosso Estado - que é o Poder Executivo - e nesse sentido pedimos a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças, a palavra está com o Deputado Renato Adur.

(Declina).

PL, PFL.

(Declinam).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nelson Garcia, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados para comporem a Comissão de Constituição e Justiça, na qualidade de líderes e suplentes. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 218/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que cria atendimento psicológico e de serviço social junto às Delegacias do Estado, regulamentando inicialmente o seu atendimento. COM PARECERES, CONTRÁRIO DA C.C.J. E FAVORÁVEIS DA C.S.P. e S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA APROVADA EM 2.^a DISCUSSÃO. Emenda: Aprovada. O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 743/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que denomina Rodovia Helmut Sontag, o trecho da PR-082, que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão/Quinta do Sol/Fênix, até o Rio Corumbataí. COM PARE-

CERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 743/93

EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA

P A R E C E R:

A proposição supra, de autoria do Deputado Namir Piacentini, mesmo autor do projeto em epígrafe, visa corrigir, na Súmula, a grafia de nome próprio dado à Rodovia que interliga os Municípios de Engenheiro Beltrão/Quinta do Sol/Fênix, até o Rio Corumbataí.

Sob aspectos concernentes a competência desta Comissão, a emenda encontra-se em plenas condições de ser apreciada pelo soberano Plenário, pelo que emitimos parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

Apoio: Nelson Garcia, Arlindo Troian, João Iensen, Toti Colaço, José Arthur Ritti, Costenaro Neto, Colombino Grassano, Nilton Barbosa, Emilia Belinati, Dalton Machuca.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda: Aprovada.

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 764/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a disciplinar a forma de elaboração das folhas de pagamento das pensões previdenciárias. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 003/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 002/94, objetivando institucionalizar o Serviço Obrigatório de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, inclusive os não comestíveis, na forma que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e C.S.P..

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 003/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 002/94, o projeto de lei em exame, tem por finalidade institucionalizar o Serviço Obrigatório de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, inclusive os não comestíveis, na forma que especifica.

A matéria foi analisada anteriormente nos pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, que pronunciaram-se favoráveis à aprovação da mesma.

Neste sentido, esta douta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, vem seguir o entendimento das Comissões supracitadas, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.94.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Esse Projeto já esteve na Ordem do Dia, levantamos alguns questionamentos e pedimos ao Presidente para que o Projeto fosse remetido à Comissão de Saúde.

Assim agiu o Senhor Presidente, como manda o Regimento Interno. Só que a Comissão de Saúde apresenta um parecer anexado hoje na Ordem do Dia, mas queremos dizer que não houve reunião dessa Comissão. Se houve, não fui convocado para tal.

Queremos dizer que as questões que levantamos, que deveriam ser discutidas com técnicos da Secretaria de Saúde, não foi feito. Porque, no Projeto original, coloca que a Secretaria de Agricultura deve fazer a fiscalização de indústrias que fabricam e comercializam alimentos, e o Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Saúde também já tem esse poder. E, com a municipalização do Sistema Único de Saúde, também é dado esse poder a todos os municípios que cumprem a Lei 8.080 e a Lei 8.142, ambas federais.

Portanto, esse Projeto voltou para a Ordem do Dia através de um parecer, no nosso entender, insuficiente para orientar os Senhores Deputados para sua votação.

Reafirmo: era necessário, na Comissão de Saúde, ouvir os técnicos de ambas as Secretarias e elaborar um projeto que tirasse duplicidade de ação. Hoje, mais do que um órgão pode exercer tal fiscalização. Por isso não está claro. E seria insuficiente a correção dessas distorções.

Por Emenda de Plenário é que nós, do PT, votamos contrário, porque não foram sanados alguns erros no Projeto, que entendemos que caberia à Comissão de Saúde fazer. E esta Comissão de Saúde não se reuniu para dar tal parecer.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação o Projeto.

Aprovado, artigo por artigo, com voto contrário da Bancada do PT, do Deputado Colombino Grassano e do Deputado Cesar Silvestri.

ITEM 05

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/94, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a doar

área de propriedade do Governo do Estado do Paraná, à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado o Projeto, artigo por artigo. Emenda: Aprovada.

ITEM 06

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que altera o § 29 do art. 1º da Lei nº 253/54 (Divisa do Município de Jaguariaíva com o Município de Arapoti). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T.I.C.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 07

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/94, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a PROVOPAR Ação Social de Teixeira Soares - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 08

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 086/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Pinhais, com sede e foro em Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 09

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Instituição Alvorecer - Ação Social e Educacional, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 084/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Instituição "Alvorecer - Ação Social e Educacional", com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.94

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Instituição "Alvorecer - Ação Social e Educacional, inscrita no C.G.C. sob nº 68.591.445/0001-27, com registro no Cartório de Registros e Documentos do 1º Ofício de Curitiba, tendo sua sede no referido Município, é uma Instituição civil com personalidade jurídica de caráter essencialmente espírita, apolítica, tendo desenvolvido um trabalho em atendimento con-

forme comprova o relatório de atividades anexo ao presente.

De acordo com o Artigo 25º, Capítulo VI dos Estatutos Sociais, os cargos resultantes da eleição, bem como os executivos da instituição, não serão remunerados.

Analisando o trabalho da instituição, achamos justo o seu reconhecimento de Utilidade Pública Estadual.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 084/94

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti o Projeto de Lei nº 084/94 tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Instituição "Alvorecer - Ação Social e Educacional", com sede à Rua Pedro Eloy de Souza, 1141 - Bairro Alto nesta Capital, com personalidade jurídica de caráter essencialmente espírita e apolítica, atende as exigências contidas na Lei nº 6994/78.

Considerando ter a entidade apresentado os documentos exigidos por lei, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o mencionado projeto de lei nada tem que obste sua normal tramitação e posterior aprovação por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/94, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a Associação Batista de Ação Social - ABAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 088/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Batista de Ação Social - ABAS, com sede e foro no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Essa Entidade, fundada em 13 de março de 1993, com a finalidade de prestar atendimento psicológico e psicopedagógico à Comunidade e as crianças carentes, vêm realizando um trabalho sério e muito importante, sem fins lucrativos e com a di-

retoria não remunerada, conforme a documentação em anexo. Por conhecermos seus dirigentes e sabermos que a mesma tem contribuído sobremaneira com toda a Comunidade, propomos que se reconheça de Utilidade Pública essa Entidade.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 088/94

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, o Projeto de Lei nº 088/94, que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Ação Social - ABAS, com sede e foro nesta Capital, encontra-se em consonância com as exigências da Lei nº 6.994/78 e, portanto, damos nosso parecer favorável.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o mencionado projeto de lei nada possui que impeça sua normal tramitação e posterior aprovação por este Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/94, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Moisés Lerner - AMMLER, com sede e foro no Município de Ponta Grossa-PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 103/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Moisés Lerner - AMMLER, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.03.94

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A AMMLER desenvolve um magnífico trabalho de integração comunitária. Toda a documentação em anexo, comprovando a legalidade deste projeto, por si só mostra a importância, os objetivos e a urgência deste projeto de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 103/94

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, o Projeto de Lei nº

103/94 tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Vila Moisés Lerner - AMMLER, com sede foro no Município de Ponta Grossa, atende as exigências contidas na Lei Estadual nº 6994/78 e, portanto, somos de parecer favorável ao mesmo.

Do ponto de vista regimental e constitucional, o mencionado projeto de lei nada tem que impeça sua normal tramitação e posterior aprovação por parte deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.94
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 120/94, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária Beneficente de Brasilândia do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 120/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Beneficente de Brasilândia do Sul.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.94
(a) NILTON BARBOSA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 120/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nilton Barbosa, o Projeto de Lei nº 120/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária Beneficente de Brasilândia do Sul, com sede e foro em Brasilândia do Sul.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei 6994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 19.04.94.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimento nº 949, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 916, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 917 a 919, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 921, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 922 a 929, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 931, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 932, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 933 a 944, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 945, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 946 a 948, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 950, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Suspendo a Sessão por alguns instantes, para recepcionar o Embaixador que nos visita.

Está reaberta a Sessão.

Requerimentos nºs 952 a 968, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 969, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 970 a 972, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 973, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 976, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 975, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Em discussão.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 977, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 978, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados João Preis, Domingos Carvalho, Nelson Garcia, Júlio Bifon e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. RENATO ADUR - Solicito chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário, Deputado Domingos Carvalho, que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Domingos Carvalho) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para verificação de votação)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência solicita aos Senhores Deputados que retornem aos seus assentos para que possamos proceder corretamente à verificação de votação requerida pelos Deputados Colombino Grassano e Cezar Silvestri.

Solicito aos trinta e três Senhores Deputados que responderam à chamada que retornem aos seus lugares.

Os Senhores Deputados que foram favoráveis ao requerimento do Deputado Renato Adur e outros Senhores Deputados queiram levantar-se.

Ao Senhor 1º Secretário, Deputado Domingos Carvalho, para a conferência dos votos.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

O requerimento está escrito no seguinte teor: Transformação da Plenária em Comissão Geral, para votar os projetos que estiverem na Ordem do Dia de amanhã. Se a

gente não sabe os projetos da Ordem do Dia de amanhã, dificulta a votação. Então é importante que esclareça quais são os projetos a que se refere.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós temos em pauta, para votação nesta Casa, duas mensagens que consideramos de vital importância. Uma delas é a gratificação aos funcionários do DER, aos engenheiros do DER. É uma mensagem que já está nesta Casa há vários dias. Nós temos reiterado a Sua Excelência, o Senhor Presidente desta Casa, para que nos dê prioridade neste projeto, uma vez que há interesse do Governo do Estado do Paraná em efetuar o pagamento destes funcionários ainda neste mês de abril.

Outro projeto que temos solicitada a urgência e estão vencidos os regimes de urgência requeridos por nós a esta Casa, é o projeto que regulariza a questão da Polícia Feminina no Estado do Paraná.

Portanto, gostaríamos de contar com a compreensão dos Senhores Deputados para que na tarde de amanhã, pudessemos fazer a primeira Sessão Ordinária normalmente, e a segunda Sessão Extraordinária, com a dispensa do interstício para que pudessemos esgotar essa pauta, deixando em aberto algum outro assunto polêmico, e amanhã poderemos deixar aberto o diálogo para conversação, até adiamento ou coisa possível, mas gostaríamos de esgotar, pelos menos, esses dois itens da pauta, que reputamos da maior importância para o Estado do Paraná, para o funcionalismo e também para esta Casa de Leis.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência dá ciência por inteiro dos projetos para os quais está se requerendo Sessão Extraordinária, especialmente para o Projeto nº 639/93 (exige comprovação de escolaridade de 2º grau para ingressar nas carreiras policiais civis e militares), Projeto nº 057/94 (integração do Quadro de Oficiais Policial Feminino ao Quadro de Oficiais da Polícia Militar e das Praças da PM Feminina, etc), Projeto nº 068 (objetivando criação de 331 cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná), Projeto nº 112/94 (autorização legislativa), Projeto nº 094/94 (doação de terreno), Projeto nº 095/94 (alterar denominação de cargos para assistente de segurança pública), Projeto nº 097/94 (criação de 15 cargos em Comissão na estrutura do Colégio Estadual do Paraná), Projeto nº 109/94 (objetiva contratar seguro de acidentes pessoais coletivos para os policiais civis e militares em exercício de suas funções), Projeto nº 110/94 (institui gratificação rodoviária)

e Projeto nº 111/94 (fixa vencimento aos integrantes da Polícia Civil e soldo da Polícia Militar).

Solicito mais uma vez aos Senhores Deputados que retornem aos seus lugares para verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para esclarecer. Já não havia uma exigência da Polícia Militar que para ingressar teria que ter o 2º grau? Já não existe uma lei ou um projeto?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência não tem condição, neste momento, de responder a esta pergunta de Vossa Excelência.

Entendo que, se mandada foi uma Mensagem, analisada pela C.C.J. e demais Comissões e o projeto está em condições de vir ao Plenário, é porque esta exigência não existia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Porque nos concursos que são abertos, da Polícia Militar, ao preencher a ficha, já diz da exigência do 2º grau.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deve ser apenas, Deputado Dirceu Manfrinato, uma exigência do edital desses concursos e não uma exigência obrigatória, estabelecer uma obrigatoriedade dessa exigência.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Vinte e oito (28) Senhores Deputados aprovam.

Um (01) Senhor Deputado rejeita.
Aprovado.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Queria agradecer a sensibilidade dos nossos companheiros Deputados Estaduais que entenderam o espírito dessa mensagem. Agradecemos e esperamos, amanhã, votar em primeira e em segunda discussão, mantendo aquilo que reafirmamos no nosso pronunciamento anterior.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Sensibilidade, Senhor Presidente, eu tenho. Mas, acima da sensibilidade, tenho respeito ao Regimento Interno. Vamos voltar à orgia das Comissões Gerais. Estarei atento, aqui, para impedir - mesmo que seja um voto isolado - estarei contra a Comissão Geral.

As Comissões Permanentes aqui estão para trabalhar, para produzir os seus pareceres, mas não transformar este Plenário em Comissão Geral, para que esta Assembleia não volte aos tempos passados. Porque durante um ano as Comissões Permanen-

tes não funcionaram.

Não pode se dizer que não houve empenho, não houve assiduidade por parte das Comissões Permanentes. Elas têm cumprido com a sua obrigação. Se outros não cumprem com seu dever parlamentar, as Comissões têm cumprido, principalmente a Comissão de Constituição e Justiça, que tem dado a esta Casa prova indiscutível de trabalho e de intensa responsabilidade.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PDT nesta oportunidade, vota pela realização desta Sessão, concordando com aquilo que diz o Deputado Colombino Grassano. Porque, neste momento, quando se encaminhou este Requerimento, Vossa Excelência especifica, de fato, casos que não são da responsabilidade do plenário dar os pareceres, mas sim das Comissões da Casa. Eu acho que esta responsabilidade deve ser cobrada de cada Comissão. E a Bancada do PDT votou nesta oportunidade, porque assuntos que interessam e que são de suma importância aos servidores do Paraná e a outros segmentos, merecem, de fato, uma resposta mais urgente possível. E amanhã estará, inclusive, votando contra alguns Projetos que estão incluídos nesta pauta, neste momento, anunciados por V.Exa..

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós, em momento algum, tivemos a intenção de criticar ou de acusar a CCJ. O que nós agradecemos foi a sensibilidade dos parlamentares que entenderam o nosso apelo. Sem nenhuma represália, sem o intuito de querer denegrir a imagem da própria CCJ ou de quem quer que seja. O Deputado Colombino Grassano sabe perfeitamente o respeito que nós temos pela pessoa dele e jamais nós teríamos esta intenção. O que nós queremos, na realidade, é agilizar alguns projetos, algumas mensagens que entendemos de vital importância para o Governo do Estado do Paraná. Era isso.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Segurança Pública, nós estamos convocando uma reunião agora e após a Sessão Plenária para que, possamos também, analisar alguns pareceres com relação a Projetos que estarão na Ordem do Dia, amanhã, nesta Casa. Por isso solicito o comparecimento dos Deputados que compõem a Comissão de Segurança para que, em seguida a Sessão, estejam presentes na Sala de Comissões para uma reunião emergencial.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Eu queria aproveitar a oportunidade de fazer o convite também a todos nós, parlamentares

desta Casa, já foi formulado esse convite por escrito, para que nos prestigiassem o Secretário Mauro Goulart, que está vindo hoje a esta Casa a convite da nossa Liderança, para prestar esclarecimentos a todos os parlamentares sobre os assuntos mais diversos.

Portanto, fica aqui, ratificado o convite a todos os Srs. Parlamentares, às 17 horas no auditório Tancredo Neves. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre as questões de ordem do Deputado Colômbino Grassano e Paulo Maia, a Mesa informa o seguinte: não estamos ferindo nenhum dispositivo regimental já que a Comissão Geral é um dispositivo previsto no Regimento, onde isto está devidamente regulamentado.

E com referência à Comissão Geral solicitada para amanhã ela vem justamente em cima de sugestões que nos foram feitas por Deputados desta Casa, inclusive a Deputada Emília Belinati, para que nós não repetíssemos o comportamento que tivemos no final de fevereiro quando deixamos de receber Emendas em projetos que estavam em votação naquele dia e a sugestão é de que nós deveríamos ter transformado aquela Sessão e outras que viessem a ocorrer em Comissão Geral, para que emendas que porventura viessem a ser apresentadas pudessem ser apreciadas pelo Plenário e não pelo Presidente.

Então, em função de todas estas manifestações e entendendo a relevância das matérias que estarão sendo discutidas em primeira e segunda discussão no dia de amanhã, e ocorrendo eventualmente a apresentação de Emendas, a Assembleia já estará devidamente convocada em Comissão Geral para que o Plenário e não apenas o Presidente se manifeste com relação às Emendas. Era este apenas o esclarecimento.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu solicitaria a V.Exa. que pedisse à Assessoria da Mesa, porque ontem nós presenciamos pela televisão um movimento feito no Colégio Estadual do Paraná com relação à volta do Hino Nacional nas escolas do Estado. E nós já no mandato anterior apresentamos um projeto de lei tornando-se obrigatório o Hino Nacional nas escolas da rede estadual e municipal de nosso Estado. E eu não sei aonde, Sr. Presidente, que o nosso projeto, ele não foi sancionado e posteriormente a isto me parece que o Deputado Antônio Annibelli apresentou o mesmo projeto e posteriormente também, acho, que o Deputado Cleiton.

Então eu solicito à Mesa para ver a situação em que se encontra essa questão desse projeto e se nenhum dos três trami-

taram ou por razões de tempo, eu quero comunicar à Mesa que farei um novo projeto de lei, tornando-se obrigatório, e sou solidário ao movimento que fizeram ontem no Colégio Estadual, uma vez que o país precisa resgatar o patriotismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa registra a Questão de Ordem de V.Exa. e fará a pesquisa necessária para lhe responder a respeito.

Deputado Algaci Túlio - requer a imediata inclusão na Ordem do Dia.

O requerimento fica sobre a mesa para que nós possamos verificar as condições desse projeto e incluí-lo oportunamente.

Requer também a restauração do Projeto de Resolução nº 34/91 que prevê a descentralização das atividades da Assembleia.

Da mesma forma ficará para as devidas providências da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 27, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/94.
- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 743/93 e 043/94.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs. 084, 088, 103 e 120/94.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 639/93 e dos Projetos de Lei nºs 057, 094, 095, 097, 109, 110, 111, 112 e 115/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK, EM SESSÃO DO DIA 26 DE ABRIL DE 1994.

"O PAULO SÓ QUERIA SER PREFEITO"

Jornal Diário da Manhã
Coluna Opinião.

O prefeito Paulo Cunha Nascimento é o retrato do homem público que chega onde imaginava chegar, sem o cuidado de ter se preparado para função, no aprofundamento do conhecimento da realidade do povo. Feito Secretário Municipal das Finanças, no governo do primo Otto Cunha, Paulo passou

a sonhar com o principal gabinete do prédio da Prefeitura Municipal, manifestando um claro desejo de ter sido candidato a prefeito, já nas eleições de 88. O primo Otto, que tem tido sorte na sua carreira de homem público, viu, de repente, surgir a candidatura do empresário Pedro Wosgrau Filho, a quem concordou, desde logo, em apoiar, mediante a oferta do primo, como candidato a vice-prefeito. Como queria o apoio do Otto, Pedro não discutiu a oferta. Feito vice-prefeito da cidade, Paulo Cunha Nascimento se manteve à distância da realidade do próprio governo, do qual fazia parte, como procura, hoje, manter o seu governo, à distância, do vice-prefeito Jovani Masini, que pela sua experiência parlamentar em Brasília, muito tem a contribuir com a administração municipal, já para não se falar no relacionamento pessoal de Masini com o ex-governador Roberto Requião e com o governador Mário Pereira, por ter sido correligionário de ambos, ao tempo do PMDB. Companheiro do ex-governador Álvaro Dias, Masini se encontra hoje no PP.

O ex-prefeito Pedro Wosgrau Filho imaginava, ao seu tempo de prefeito, que surgiria, com naturalidade, um candidato à sua sucessão, de seu próprio grupo, como ele apareceu, caído do céu, para o então prefeito Otto Cunha. Ao se dedicar inteiramente à conquista de recursos e à construção de obras, Pedro se esqueceu de, ao mesmo tempo, tratar da preparação de um candidato próprio. No início de 1990, numa reunião de prefeito em Castro, o então prefeito da vizinha cidade, Reinaldo Cardoso, ensinava aos que, como ele, não haviam cuidado da preparação de um candidato, que "na hora certa, Deus ajuda". Para ele, em Castro, a ajuda divina não veio, porque o candidato vitorioso foi um velho e tradicional adversário e inimigo da família, o prefeito Rivaldavia Menarim. Aqui sem o candidato que, com certeza, gostaria de ter feito. Pedro Wosgrau Filho se valeu de uma reserva técnica, que era a sabida disposição de seu vice-prefeito em concorrer às eleições. E assim aconteceu. E o vice-prefeito Paulo Cunha Nascimento, enfim, chegou ao principal gabinete da Pre-

feitura Municipal, vendo realizado um sonho, que acalentou desde quando foi convidado, pelo primo Otto, para a Secretaria Municipal de Finanças, no início de 1983. E foi um bom secretário das Finanças. Pode-se até dizer que foi o homem certo para um instante sério das finanças municipais.

Candidato do grupo político, que se encontrava na Prefeitura Municipal desde 83, por falta de um outro nome, Paulo Cunha Nascimento não se viu na obrigação de ter que cavar voto, como fizeram seus padrinhos Otto Cunha, em 82, e Pedro Wosgrau Filho, em 88, Paulo, ao contrário de Otto e de Pedro, apenas cumpriu uma agenda de candidato, sabendo que a responsabilidade, pela vitória, pertencia muito mais a Pedro e a Otto, do que a ele próprio, ainda que a vontade de ganhar fosse inteiramente sua. Nessa condição singular, Paulo não precisou se debruçar em cima da busca do conhecimento da realidade do povo, entendendo ser suficiente, para governar a cidade, o seu conhecimento do funcionamento da máquina administrativa da Prefeitura. Tanto isso é verdade, que o candidato Paulo Cunha Nascimento não se viu obrigado a assumir nenhum tipo de compromisso público, com um determinado projeto, ainda que, num descuido da coordenação de sua campanha, tenha, ao final dela, anunciado o estímulo fiscal, de desconto no valor de IPTU, à empresa que aumentasse o número de seus funcionários. Prefeito eleito, levou a ingenuidade dessa proposta para a televisão, ao participar do programa "Bom dia, Paraná" da Rede Globo.

Isso explica a ausência absoluta do prefeito municipal no episódio recente da greve dos motoristas e cobradores de ônibus da cidade. Homem correto, sério o prefeito Paulo Cunha Nascimento é o mesmo Paulo Cunha Nascimento que foi secretário das Finanças, que recebia e pagava, e o mesmo Paulo Cunha Nascimento que foi vice-prefeito, sem qualquer expressão política. Um ex-secretário municipal costuma destacar a diferença entre Pedro e Paulo. "A diferença entre os dois é que Pedro queria ser prefeito e Paulo, apenas, ser eleito prefeito"

Talvez, esteja aí toda a verdade.